

DF-Brasília Cristovam veta Plano Diretor

Governador anuncia hoje mudança parcial do plano que redefine Brasília, retirando parágrafo sobre fazenda de Grupo OK

Cristine Gentil

Da equipe do **Correio**

Quando a Câmara Legislativa iniciar seus trabalhos, no dia 3 de fevereiro, vai receber de volta pedaços do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e Urbano (PDOT) que aprovou no final do ano passado.

Cristovam Buarque não conseguiu engolir os parágrafos 1º e 5º do artigo 19, os incisos V e VI do artigo 22, o parágrafo 6º do artigo 31 e o artigo 78. Esses são os vetos parciais que o governador anuncia hoje, às 15h, no Palácio do Buriti, durante a solenidade de sanção do PDOT, cercado de organizações ambientais, deputados distritais, secretários e técnicos.

Na tentativa de recuperar a concepção inicial do PDOT, plano que vai disciplinar toda a ocupação do solo no Distrito Federal pelos próximos 12 anos, o governo vai enviar um novo projeto de lei complementar à Câmara.

Esse projeto é necessário porque o veto que pretendia evitar a mudança de destinação da área ao sul da BR-251 (Brasília/Unaf) — onde está localizada a Fazenda Santa Prisca do Grupo OK — também atingiu a definição das cidades de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia,

Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Gama, Santa Maria e Recanto das Emas como a Zona Urbana de Dinamização do Distrito Federal. Ou seja, para onde o DF vai crescer.

MARACUTAIA

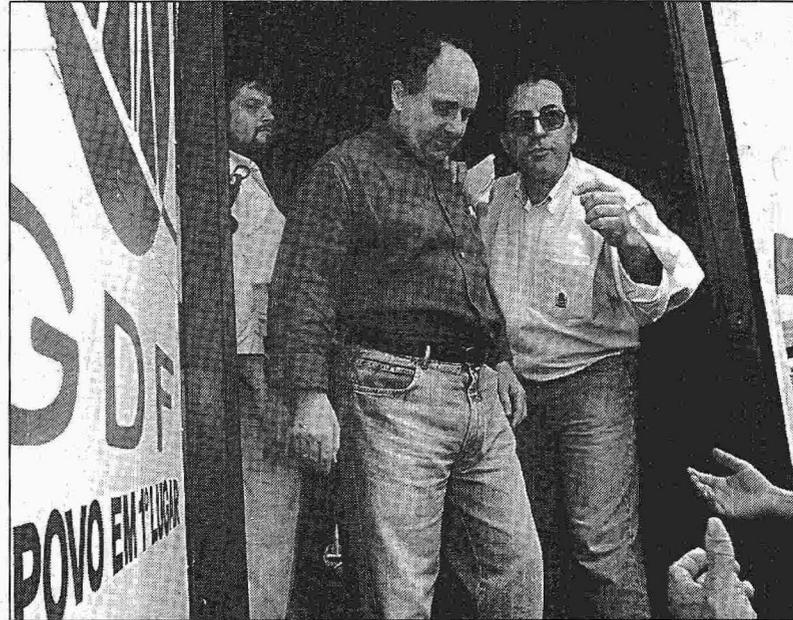
“O principal veto é o que impede que a área da Fazenda Santa Prisca, do vice-presidente da Câmara Legislativa, deputado Luiz Estevão, seja transformada em Zona Urbana de Dinamização. Não poderíamos admitir essa maracutaia”, afirmou o secretário de Governo, Swedenberger Barbosa.

Pelo projeto original do governo, enviado para a Câmara no ano passado, parte da área ao sul da BR-251 seria Zona Urbana de Uso Controlado. A outra parte — onde está localizada a Fazenda — seria Zona Rural de Uso Diversificado.

Três dias antes do recesso parlamentar no final de 1996, no dia da aprovação do PDOT, a área foi incluída no parágrafo 1º do artigo 19 do Plano, que definia a Zona Urbana de Dinamização.

“Não há nenhum motivo técnico nem ambiental para que a área ao sul da BR-251 seja considerada urbana de dinamização. Só iria valorizar as terras de lá”, defende o presidente do Instituto de Planejamento

Tina Coelho



Além de alterar zonas urbanas, Cristovam quer mudar gabarito de terrenos

Territorial e Urbano do DF (IPDF), Luiz Phellipe Torelly.

TANTO FAZ

Segundo o deputado Luiz Estevão, a mudança de destinação não valorizaria a área da Fazenda Santa Prisca. “O PDOT de 92 já classificou a área como Zona de Expansão Urbana. Tanto faz se o governador veta ou não”, desdenhou.

As justificativas para o veto do governador vão além da discussão sobre a valorização da área. Segundo a mensagem que será enviada à Câmara, pesam os fatores ambientais. “Um fator é a proximidade e a inclusão de parte da área na Área de Proteção Ambiental (APA) das Bacias do Gama e Cabeça de Viado,

grafa 5º do artigo 19 e o 6º do artigo 31. “Os dois possibilitam que uma área com características urbanas dentro de um núcleo rural possa ser considerada urbana. Mas todas as áreas nessas condições já tiveram a sua destinação modificada”, explica Torelly.

Os incisos V e VI do artigo 22, que exigem uma infra-estrutura completa antes da regularização dos condomínios, também serão vetados. “Isso só dificultaria o processo de regularização, especialmente para os condomínios de baixa renda”, esclarece o presidente do IPDF.

Por último, o governador também pretende vetar o artigo 78. A intenção é restabelecer o texto original, segundo o qual apenas o governo, por meio de projeto de lei complementar (PLC), poderia propôr aumento do potencial construtivo ou alteração de uso (gabaritos) dos terrenos. Pelo artigo aprovado, os deputados podem apresentar projetos de lei ordinária propondo a alteração, mas seriam necessários 13 votos — o mesmo número exigido no PLC —, no mínimo, para aprová-los.

Antes de analisar o novo projeto de lei complementar, a Câmara terá que decidir se mantém ou não os vetos do governador. “Esperamos que os vetos sejam analisados em 40 ou 50 dias. Na hora, vamos buscar voto a voto”, disse o secretário de Governo, Swedenberger Barbosa. Para derubar os vetos, serão necessários 13 votos.

áreas de captação de água para consumo da região do Lago Sul e arredores”, diz o texto.

O secretário do Meio Ambiente, Chico Floresta, acrescenta: “Se aquela área fosse de dinamização urbana, não haveria água suficiente para atender toda a população da cidade que o deputado Luiz Estevão quer criar”. O secretário refere-se ao projeto do Grupo OK, apelidado de Oklândia, que cria uma cidade de 140 mil habitantes no local onde hoje é a Fazenda Santa Prisca.

GABARITOS

Além da polêmica área ao sul da BR-251, o governo quer fazer outros ajustes. Quer eliminar o pará-